

OS INÍCIOS DA ARQUITETURA EM PORTO ALEGRE

Arq. Günter Weimer¹

A origem de Porto Alegre vem se constituindo em objeto de intensos debates e de muitas controvérsias. Porém, a recente publicação de um sistemático apanhado das descrições de viajantes que por aqui passaram realizado por NOAL & FRANCO² permitiu que fossem feitas novas investigações que trouxeram dados mais concretos a respeito de sua evolução.

Para uns Porto Alegre teria sido fundada a cinco de novembro de 1740 posto que nesta data foi emitida, em Goiás, onde se encontrava o governador de São Paulo, a carta da Sesmaria de Santana a Jerônimo Dorneles Menezes e Vasconcelos na qual viria a surgir a cidade.

Sabe-se que o sesmeiro era madeirense e foi atraído pela febre do ouro a Minas Gérias, mas não conseguiu enriquecer com a exploração do metal. Em 1732 já estava estabelecido no Morro de Santana, no município de Viamão, no Rio Grande do Sul. De acordo com as leis então vigentes, depois de construir as primeiras benfeitorias e se dedicar à criação do gado, requereu o título de propriedade da sesmaria em que estava assentado e o obteve, em 1740. Uns entendem que a data desta concessão das terras corresponde à fundação da cidade. Isto, porém, se constitui num completo equívoco como se verá mais adiante.

Como atribuir a fundação da cidade à simples concessão da sesmaria se mostrava altamente problemática, surgiu uma segunda

1 Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Professor aposentado da FAU-UFRGS. Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Autor de cerca de 40 livros de autoria exclusiva e colaborador em aproximadamente de 80 livros. E-mail gunterweimer@gmail.com

2 NOAL, Valter Antonio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*, Santa Maria, Anaterria, 2004, vol. 1.

corrente que entendia que a cidade surgiu com a invasão das terras de Jerônimo Dorneles por um grupo de sessenta casais de açorianos, em 1752.

Efetivamente, em 1750, Portugal e Espanha celebraram um acordo que visava estabelecer em definitivo os limites entre as terras das duas coroas em território americano. Como é sabido, este tratado foi denunciado por parte da Coroa Espanhola devido à morte do rei e seu irmão, ao assumir o trono, era sustentado por um grupo que julgava que este tratado havia sido desfavorável ao interesses daquela nação.

Com boa antecedência, a Coroa Portuguesa tratou de trazer um contingente de açorianos para Santa Catarina com o intuito de deslocá-los em seu devido tempo para ocupar a região das Missões que haveria de ser trocada pela Colônia do S. Sacramento. Quando as demarcações estavam por serem concluídas, o governo português tomava iniciativas para que os açorianos se deslocassem para o Rio Grande do Sul com o fim de ocupar o território missioneiro. Como é sabido, a denúncia dos espanhóis impediu a realização deste plano e os ilhéus foram obrigados, por falta de opções, a se arrancharem nas margens da Laguna dos Patos e dos rios por onde estavam se deslocando. E foi desta forma que houve a invasão da Sesmaria de Santana pelos supostos sessenta casais de açorianos que então teriam fundado o povoado que teria da origem a Porto Alegre.

Existem poucos dados concretos a respeito deste arranchamento. Certo é que em 1754, quando o Conde de Bobadela passou pelo Porto do Dorneles – onde se demorou por quinze dias – a caminho de Rio Pardo, deixou um relato sobre o mesmo nos seguintes termos: “... a povoação é um arraial de palha habitada de casais da Ilha...”³

Dispostos a retomar as terras ao ocidente do Meridiano de

3 *Revista do IHGRS*, II trimestre de 1938, p. 36. A grafia desta citação de das subseqüentes foi atualizada para facilitar a leitura.

Tordesilhas e que haviam sido ocupadas pelos portugueses, os castelhanos tomaram o Desterro e Rio Grande, forçando as tropas lusas a retroceder para São José do Norte e Viamão. Dentro da estratégia de se defender dos previsíveis avanços dos castelhanos no território rio-grandense, o vice-governador da Capitania tomou a iniciativa, por volta de fins de 1764, de deslocar os açorianos que haviam invadido as terras de Dorneles que a esta altura já as vendera⁴ para um aventureiro lagunense de nome Francisco Inácio de Melo, para um povoado junto ao qual deveria ser construído um forte no Passo de Rio Tebiquari⁵ cujo nome, em boa hora, foi mudado para Taquari⁶. Em carta datada de janeiro de 1768, o governador José Custódio de Sá e Faria relatou ao Vice-rei, o Conde de Azambuja, o que se segue:

Foi o Senhor Conde da Cunha ordenar-me arrumasse eu as famílias que das ilhas havia Sua Majestade mandado conduzir a este continente para o povoarem, as quais se achavam dispersas sem lhes haver cumprido as promessas que Sua Majestade lhes fez, quando os mandou sair de suas terras, e para eu as arrumar em povoações tirasse das fazendas, que se tivessem dado em sesmaria, as porções de terreno preciso para lhes inteirar as suas datas. Logo que cheguei a este governo procurei dar cumprimento a esta importante ordem, seguindo em tudo as de Sua Majestade de que se acham nesta Provedoria a respeito das mesmas famílias e com efeito fundei a primeira povoação junto ao passo do Rio Tebiquary⁷ em condições que achei próprias para as utilidades e lavouras dos mesmos povoadores, e querendo dar princípio à Igreja, só pude conseguir o tirar as madeiras para Ella do mato, porém não tive meios para

4 Possivelmente, devido à invasão de suas terras, Dorneles havia se mudado para o interior de Triunfo, onde moravam filhas suas, e a administração da Sesmaria de Santana ficou por conta de seu filho mais novo, de nome José Raimundo Dorneles. Quando este cometeu um crime um violento crime de morte contra um vizinho pobre, tomou um rumo desconhecido e Dorneles viu-se forçado a vender sua propriedade.

5 Rio das Sepulturas.

6 Rio das Taquaras (ou dos Bambus).

7 Este foi o nome original dado ao Rio Taquari. Trata-se do nome indígena guarani original formado pela contração de *tebiqũara* = buraco do ânus (por vezes também definido como "sepultura") + *y* = água, rio. A mudança para o nome de Rio das Taquaras foi, pois, mais do que providencial, em nome da moralidade pública.

as ferramentas precisas, pregos, e os paramentos para a dita Igreja, e só me mandou a imagem do Senhor São José, cuja invocação lhe pus em memória do nome de nosso augusto soberano⁸ e me avisou que os paramentos se ficavam fazendo, os quais não hão chegados, nem o mais, havendo passado mais de dois anos.⁹

Por tudo isso, fica evidente que Jerônimo Dorneles nada tem a ver com o estabelecimento do povoado de Porto Alegre, máxime, por nem ter morado em seu perímetro urbano. Consta que estivera estabelecido no Morro de Santana, em lugar até hoje desconhecido e ainda não identificado. Pela documentação fica evidente que Dorneles foi apenas um ocupante passageiro desta sesmaria da mesma forma como os açorianos que, depois de pouco mais de uma década, foram reassentados em Taquari, conforme também pode ser verificado nas *Memórias históricas...* do Monsenhor Pizarro e Araújo onde consta que:

Crescendo o povo no Continente do Rio Grande de São Pedro onde os párocos das Freguesias já estabelecidas não podiam administrar os Santos Sacramentos a fregueses habitantes em sítios assaz remotos uns dos outros: foi preciso que a Portaria de 1º de maio de 1764 criasse em Cura a Capela de São José, levantada nas margens do Rio Tibiquari ou Taquari, distrito da Paróquia do Senhor Bom Jesus do Triunfo, em benefício de tantas criaturas destituídas dos socorros espirituais; não tardou, porém, que a mesma Capela tivesse a prerrogativa de Paróquia amovível, por outra portaria de 3 de maio de 1765, e principiasse a ser numerada entre as Igrejas perpétuas, em consequência do Alvará de 20 de outubro de 1797...¹⁰

Sabe-se que no início da década de 1770 foi tomada a resolu-

8 Obviamente, Dom José I, rei de Portugal entre 1750 e 1777.

9 BALÉM, João Maria. *A Paróquia de S. José de Taquari*, Porto Alegre, A Nação, 1952, p. 19.

10 ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, p.118, vol. 5.

ção de mudar a sede do governo de Viamão para o Porto do Dorneles. Em seu “Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande^{11...}”, em 1774, o coronel, futuro brigadeiro e governador da Capitania, Francisco João Roscio, escreveu:

(Porto Alegre) é uma povoação principiada novamente pelo governador J(osé) Mar(celino) de Fig(ueire)do¹² e tem se aumentado muito à proporção do tempo. A sua situação é um rabo de terra montuosa (sic) que termina em um saco ou largo onde desembocam quatro grandes rios que são o Gravataí, o Rio dos Sinos, o Rio Caí e o Rio Guaíba.¹³

Aqui é necessário fazer uma observação de linguagem. À época, as palavras “de novo” não tinham o significado de repetição como se entende hoje, mas queria dizer “a partir do nada”. Era uma contemporização do termo latino “*ex novum*”. Roscio diz que a povoação foi “principiada novamente”. Esta não é uma construção verbal usual, mas não há dúvida que ela significava que ela foi “principiada a partir do nada”. Noutros termos, ela foi criada desde o início, em um lugar ermo, desocupado. Este documento foi gerado entre 1774/5, portanto, nos primeiros anos após a transferência da capital de Viamão para Porto Alegre. Por isso, deve ser considerado como um documento primário.

Todavia, tem sido argumentado que, por ocasião da desapropriação da sesmaria de Francisco Inácio de Melo, parte da terra foi dividida em “datas”, isto é, lotes a serem doados, que foram repassadas a açorianos – que, conforme se especula – teriam sido os antigos invasores. Por via indireta, sabe-se que este não foi o caso.

Em 1768 o governador Sá e Faria recebeu ordens do Vice-rei Conde da Cunha para tentar, a qualquer custo, retomar Rio Grande.

11 ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticiosa do Continente do Rio Grande até o Distrito do Governo de Santa Catarina. In : *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n° 105/8, 194, p. 58/9.

12 Pseudônimo de Manoel Jorge Gomes de Sepúlveda.

13 À época a parte baixa do Rio Jacuí era denominado de Rio Guaíba. Só mais tarde o nome Guaíba (do guarani *guáy* = enseada, baía + *yba* = ruim) se restringiria ao estuário.

Até então não consta ter existido qualquer iniciativa de transferir a Capital para Porto Alegre. Tanto isso é verdade que o governo estava empenhado em fortificar Viamão para enfrentar um eventual ataque castelhano. E isso fica demonstrado na construção da matriz de Nossa Senhora da Conceição que goza de um status *sui generis* na história da arquitetura brasileira: devido à premência do tempo e, em não havendo tempo hábil para construir um forte na medida das necessidades, o governo decidiu-se por construir uma igreja-fortaleza, de avantajadas dimensões e paredes de até três varas de espessura (3.30m) o que lhe confere o status de ser a igreja mais robusta do período colonial no Brasil. Ora, se tivesse havido qualquer dúvida até então a respeito da localização da sede do governo que não em Viamão, teria sido um absurdo fazer um investimento desta ordem de grandeza naquela comuna. Por isso estamos convencidos de que a hipótese da transferência da Capital para o Porto do Dorneles só pode ter surgido a partir da decisão e da ordem de retomar Rio Grande.

A tentativa da retomada da vila sob as ordens de José Custódio de Sá e Faria é um fato bem conhecido da mesma forma como o do fracasso em que resultou este empreendimento. O que tem sido pouco relevado é que a tomada de Rio Grande significou um grave entrave para o desenvolvimento do Continente pelo fato de controlar todo o acesso marítimo ao interior da Capitania. Isso significa que o único acesso ao interior teria de ser feito por via terrestre. Sublinhe-se que, neste tempo, as vias de comunicação interna da Capitania mais importante eram a fluvial e lacustre. Neste sentido, o acesso dos portugueses ao interior estava seriamente prejudicado devido ao ferrolho em que se constituía a ocupação de Rio Grande pelos castelhanos e que impedia a passagem de embarcações vindas do oceano. Seja por razões estratégicas ou por imperativo administrativo, Sá e Faria percebeu a importância do sítio do antigo Porto do Dorneles. Em carta de 11 de janeiro de 1768 ao Conde de Azambuja o governador expôs a importância de erguer uma povoação naquele local, “porém como não

há meios, tudo se acha parado¹⁴”. Tudo indica que uma das iniciativas de seu governo foi a instalação ali de um estaleiro (onde possivelmente foram construídos os lanchões com os quais promoveu o frustrado ataque a Rio Grande) para atender a demanda de navios para as comunicações e o comércio interno da Capitania. Tanto isso parece ser verdade que em 1771 já estava sendo lançado às águas uma fragata¹⁵ construída pelo carpinteiro Baltazar Manoel Ângelo. Quatro anos mais tarde, segundo o testemunho do tenente-general Böhm estava sendo construído um “Penque”, um nome desconhecido na língua portuguesa e que tem sido interpretado como sendo um brigue. A ser correta esta interpretação, então já estava sendo construído um navio de porte ainda mais avantajado¹⁶. Ora, para dar vazão a um empreendimento de tal natureza, era necessário que este construtor de navios dispusesse de uma equipe de operários o que demonstra que um ano antes da pretensa criação do povoado, já estava estabelecida no local um grupo de pessoas de razoáveis proporções o que, aparentemente, contradiz a afirmação de Roscio.

Tem sido atribuído ao governador José Marcelino de Figueiredo (Sepúlveda) a iniciativa de transferir a capital para Porto Alegre. Certamente já houve tratativas neste sentido ao fim de seu primeiro período governamental que terminou em 1771 – como de resto já as houve no governo de seu antecessor, Sá e Faria – a verdade é que a ordem de demarcação do sítio e do parcelamento das terras foi expedida por seu substituto, Antônio da Veiga de Andrade, em 1772, quando Sepúlveda se encontrava no Rio de Janeiro. Na mesma se lê:

O Capitão de Infantaria com exercício de engenheiro

14 ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, Porto Alegre, Globo, 1940, p. 1051.

15 A fragata era um navio de guerra que podia ser equipado com até 60 peças de artilharia. Normalmente tinha um mastro central que sustentava uma vela quadrada e em nas extremidade do navio havia duas gurupés (mastos horizontais) que davam sustentação, juntamente com o mastro central, a duas velas triangulares. Foram criadas no século XVII quando passaram a ser muito empregadas nas viagens transoceânicas.

16 Um “brigue” é um navio de dois masts e de dois gurupés, isto é, dois masts horizontais, um fixado na proa e o outro na popa, cada qual sustentando uma vela triangular. Cada mastro central sustentava uma vela quadrada (ou latina).

Alexandre José Montanha passe sem perda de tempo ao Porto dos Casais, e hoje de São Francisco e nas terras da Estância de Inácio Francisco faça divisão de sessenta meias datas para outro igual número de casais dos quais se acham moradores no dito Porto de São Francisco sendo meia data que compreender as casas da Estância com seu pomar para passais do Vigário da Freguesia, tendo-se também atenção aos marinheiros que se empregam no serviço de Sua Majestade para serem acomodados; deixando-se suficiente terreno para logradouro da Villa, e lhe nomeio para seu ajudante o cabo de esquadra dos escolhidos Ventura de Carvalho e Souza, o que o dito capitão executará por ser conforme a ordem do Ilmo. e Excelentíssimo Senhor Marquez Vice-Rey do estado sobre esta matéria. Viamão, doze de Julho de 1772. Antonio da Veiga Andrade. Tenente Coronel Governador.¹⁷

Para o entendimento de documento é necessário fazer algumas observações. A primeira é a de que Montanha NÃO foi encarregado de fazer um plano para a futura “Villa”, mas, tão e somente, realizar a divisão da sesmaria a ser desapropriada¹⁸ em sessenta “meias datas” e deixar um lugar para o “logradouro da Villa”. Salve melhor juízo, este é o único documento primário onde consta que havia sessenta casais açorianos a serem assentados na sesmaria do que se tem deduzido que estes seriam os tais invasores de 1752, ou seja, depois de terem passado vinte anos. Porém, fica evidenciado que esta afirmação não está contemplada no documento. Baseado neste escrito há quem tenha confeccionado um mapa do arruamento da futura cidade que teria sido proposto por Montanha, sem qualquer base em documento

17 ANTUNES, Paranhos. Op. cit, p. 1052/3.

18 Na realidade, nunca houve uma desapropriação desta sesmaria nos termos atuais do conceito. Houve, sim, um simples confisco contra os quais o proprietário teve de se valer de um processo que levou dois anos para ser solucionado através do qual recebeu “uma recompensa” de duas e um terço de léguas em quadra num lugar chamado de Tarumã, próximo à fazenda de Bojuru, no sul da península que separa a Laguna dos Patos do Atlântico, portanto, muito próximo da zona conflitada pelas contendas entre portugueses e castelhanos. Com certeza foi uma troca muito desvantajosa porque a nova gleba era bem menor que a anterior e localizada em área de risco de guerra. (PARANHOS, A. Op.cit. p. 1058) Mais tarde, ao fim do segundo período governamental de Figueiredo/Sepúlveda, Melo foi recompensado com a doação de uma sesmaria em Triunfo e outra, em Arroio dos Ratos. Terra havia em abundância. Difícil era achar quem a ocupasse.

iconográfico. Este mapa, portanto, não pode ser considerado mais do que uma hipótese – altamente contestável, como tentaremos mostrar.

Além disso, Montanha deveria deixar terreno suficiente para o “logradouro da vila”. Hoje se entende por logradouro qualquer espaço urbano livre destinado à circulação pública de veículos e pedestres como ruas, becos, travessas, avenidas, etc. Mas este não era o entendimento no passado. Na Idade Média um “logradouro” era uma ampliação transversal (da qual surgiriam, mais tarde, praças) da rua principal da aldeia onde o gado era deixado para passar a noite, no verão. Tratava-se, portanto, de um alargamento, uma forma incipiente de uma praça e, por isso mesmo, por vezes, também denominado de “largo”. Embora no século XVIII estas praças já não mais se destinavam à guarda noturna do gado, mas ainda conservavam a idéia de praça central da aldeia, ou, como no caso, da “vila”, termo que também tinha um significado diferente do de hoje e como será visto mais adiante. Documentos diversos indicam que este “logradouro” de Porto Alegre (que, por vezes, era chamado de “praça”) foi marcado “em novo lugar”, isto é, segundo o significado de então, estabelecido num espaço sem ocupação, num descampado. A palavra “lugar” também tinha um significado específico e queria dizer um conglomerado de poucas construções, em geral, denominadas de “fogos”. Isso significa que a praça central da povoação foi delimitada em espaço separado das demais construções já existentes.

Em 1997 publicamos um artigo na revista *Porto & Vírgula*¹⁹, no qual colocamos em dúvida a autoria de Montanha do traçado de Porto Alegre baseado nos argumentos de que a) as ruas principais não eram paralelas nem as transversais, ortogonais a elas como estabeleciam os princípios do urbanismo português e que Montanha aplicou na concepção de Santo Amaro que, comprovadamente, foi de sua autoria; b) que as ladeiras seguiam o traçado da maior declividade do terreno o que evidenciava a influência das concepções populares do traçado me-

19 WEIMER, Günter: Porto Alegre: origem do traçado. In: *Porto & Vírgula*, 31(maio1997)26/9. Porto Alegre, PMPA/SMC, ano V.

dieval; c) a existência de um portão e de uma rua “direita” totalmente irregular eram características de concepções populares e que nenhum engenheiro de formação militar português haveria de empregar.

Apesar destes argumentos, continuou-se a admitir a existência de um plano de autoria de Montanha. Por isso, fizemos uma avaliação criteriosa da geometria das ruas da cidade a partir do levantamento aerofotogramétrico onde possível constatar que as ruas que acompanhavam o sentido da margem do Guaíba não só não eram paralelas, como nem mesmo eram retas conforme pode ser visto na seguinte tabela:

Tabela dos ângulos entre as ruas tidas como paralelas.

Ruas	Duque de Caxias	Riachuelo	Andradas	Inflexão
Duque de Caxias	X	de +2°20' a -2°40'	de 4°30' a 2°	2°30'
Rua Riachuelo	X	X	3°30'	30'
Rua dos Andradas	X	X	X	1°
Andrade Neves	X	7°20'	12°	X
Jerônimo Coelho	3°	2°20'	X	X
José Montauray	X	X	7°30'	X
General Vitorino	X	X	8°20'	X

Fonte: Medições do levantamento aerofotogramétrico da cidade realizadas pelo autor.

Evidência mais contundente surgiu do levantamento dos ângulos formado pelas esquinas formadas por estas ruas que mostraram que apenas cinco estavam em ângulo reto:

Tabela dos ângulos entre as ruas que deveriam ser perpendiculares às anteriores.

Ruas	Dos Andradas	Riachuelo	D. de Caxias	Jerôn. Coelho	And. Neves
Gen. Salustiano	87°40'	47°30' e 132°	48°	X	X
Vasco Alves	94°	91°	91°30'	X	X
Gen. Portinho	91°	91°	86°40'; 96°30'	X	X
Gen. Canabarro	90°30'	88°	84°50'	X	X
Gen. C. Ferreira	X	X	90°	X	X
Bento Martins	92°30'	89°	85°30'	X	X
João Manuel	98°30'	94°30'	92°30'	X	X
Gen. Auto	X	X	91°30'	X	X
Caldas Júnior	91°	88°	X	X	X
Gen. Câmara	115°50' e 96°	113°30'	X	X	X
Rua da Praça	X	X	90°	90°	X
Espírito Santo	X	94°	90°	90° e 87°30'	X
Uruguai	89°	X	X	X	X
A. Carvalho	88°30'	X	X	X	115°30'
Mal. Floriano	98°30'	94°	88° e 117°30'	94°	X

Fonte: Medições do levantamento aerofotogramétrico do município realizadas pelo autor.

Este levantamento demonstra que as quatro esquinas formadas pela Praça da Matriz estão em ângulo reto como seria de esperar da locação realizada por um profissional da competência de Montanha. Todas as demais apresentam significativos erros de medição o que denota que sua locação é de origem empírica, com apenas uma exceção (Rua Cipriano Ferreira com a Duque de Caxias) que deve ser antes resultado do acaso do que de uma locação proveniente de uma medição. Esta, para nós se constitui na maior evidência de que não houve um planejamento prévio do traçado das ruas da cidade.

Mais do que isso, a partir das atas da Câmara de municipalidade, pode-se acompanhar a evolução de seu traçado com a sucessiva abertura de ruas decorrentes de seu crescimento e de novas necessidades da mesma forma como o fechamento de ruas que contradizem amplamente a idéia de um planejamento inicial.

Por tudo isso, estamos plenamente convencidos de que é totalmente fantasiosa a concepção de que a cidade teria sido planejada

pelo capitão Montanha para além do encargo que recebera e que se limitou à locação da Praça da Matriz.

Voltando ao tema da arquitetura, constatamos que a sesmaria de Santana só foi avaliada, oficialmente, para fins de desapropriação, em 1772. Nos autos consta que dentre os bens nela existentes havia vinte e sete laranjeiras, cinco limoeiros, nove marmeleiros, duzentos e vinte e um pessegueiros, uma cidreira, e mais:

“Uma casa grande e nova, de telha com um lance da capim, de baldrame, em que está a atafona, com quatro portas, três fechaduras, suas dobradiças e uma janela, avaliado tudo em cinqüenta e sete mil e seis contos de reis; um rancho de capim com duas portas de couro e uma fechadura e janela velha, avaliado em seis mil e quatrocentos reis; uma sanzala de telha com duas portas e fechaduras velhas avaliado em doze mil reis; uma casinha de telha com uma porta e uma janela, avaliada em treze mil reis; um rancho de hóspedes, de capim com duas portas e fechadura velha, avaliado em oito mil reis; uma casa de vivenda do dono da fazenda com cinco portas de couro, duas fechaduras, assoalhada a sala, coberta de capim, com quatro janelas, avaliado tudo em dezenove mil e duzentos reis; um curral ao pé das casas com chiqueiro coberto e queijeira, avaliado em doze mil e oitocentos reis; as benfeitorias da horta que é de cerca avaliado em seis mil e quatrocentos reis; um rincão fechado de cerca nova ao pé da casa, com oitenta braças em doze mil reis; um roçado grande e novo, cercado com um curral grande, de moirões e fachina²⁰ avaliado em dezenove mil e duzentos reis; três roçados grandes que levam nove alqueires de trigo de planta cercada e avaliada em doze mil reis; um rancho de duas portas e um curral com sessenta braças de cercas em pé do passos, quarenta mil reis...²¹

20 Ramos ou galhos, provavelmente, entrelaçados nos moirões.

21 PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*, Porto Alegre, Globo, 1909, 2ª Ed., p.224/5.

Esta transcrição mereceria vários comentários referentes ao modo de vida e ao que era considerado de bem “de raiz”. Certamente, deveria haver muito gado na sesmaria, mas este, pelo visto, não era considerado como sendo de valor. A análise desta questão extrapola os objetivos deste trabalho, mas cumpre assinalar que este comportamento era comum na época.

Curioso é o fato de que este levantamento foi feito com extrema minúcia o que pode ser depreendido do número exato de árvores frutíferas, em detalhes como o tipo de portas e janelas (de couro), a precisa discriminação do interior da casa com especificação de onde havia um assoalho, dos materiais de que eram feitas as paredes, da enumeração de um simples rancho de palha, etc. Para fazer uma avaliação com tanto rigor, deve ser tomado como certo que os inventariantes percorreram toda a sesmaria. Apesar disso, não há qualquer referência às casas dos açorianos que haviam se estabelecido na sesmaria nem às instalações do estaleiro com respectivas benfeitorias. Por diversos documentos da época, sabe-se que estes estabelecimentos eram de propriedade do governo e, portanto, não cabia desapropriação. Na concepção da época, este estava instalado num “arraial” que era definido como uma ocupação provisória, por ordem do rei, para fins militares. Quanto às casas dos açorianos, sua não enumeração só pode ser entendida em dois sentidos: ou elas estavam também instaladas neste suposto “arraial” ou elas simplesmente já haviam deixado de existir. Como foi visto nos relatos de Michel Angelo Blasco e do Conde de Bobadela, de 1754, elas eram de palha em razão do que devem ter-se deteriorado e desapareceram. Em qualquer caso, é difícil imaginar que a existência de cerca de sessenta famílias não fosse referido num documento de tal importância já que deveria se constituir num contingente que se aproximava de quatrocentas pessoas o que, para o número total de habitantes existentes na Capitania, era um número muito expressivo.

Para o contexto deste trabalho queremos relevar a existência de coberturas de telhas nas construções da sesmaria de Santana. Isso

leva a supor que as paredes também fossem cerâmicas, de tijolos. Isto é importante devido à existência de referências que dizem que somente a partir de 1780 teriam sido produzidos telha e tijolos em Porto Alegre. Antes disso, este material teria vindo de Laguna:

É interessante saber-se que as primeiras casas de telhas de Porto Alegre foram construídas com esse artigo importado de Laguna, pois não havia olaria na capital, que só começou a produzir telhas e tijolos a partir de 1780... Neste largo espaço (ocupado pela povoação, inserção nossa) continha-se a maioria das construções, pobres construções de taipa ou somente madeira, cujas coberturas eram de capim ou folhas, pois tijolos e telhas, não sendo ainda fabricados aqui, vinham de Laguna.²²

Possivelmente esta datação deriva do fato de que, ao encerrar seu governo, em 1780, Figueiredo/Sepúlveda escreveu ao vice-rei que:

A povoação de Porto Alegre está situada no centro do continente, sobre terreno sólido, em abundância de pedras, por ora não é falta de madeira suficiente e conserva a menos de quatro léguas de distância (26.4 km) uma boa fábrica de telhas e tijolos.²³

Estas afirmações devem ser tomadas com muito cuidado. Neste ofício, o governador não afirma que a partir daquela data os tijolos passaram a ser produzidos e, em segundo lugar, os mesmos estavam sendo produzidos a uma distância razoável e que pode corresponder perfeitamente ao que foi exposto por Vilhena, qual seja, de que os mesmos vinham das margens do Gravataí onde foram fixados os indígenas missioneiros.

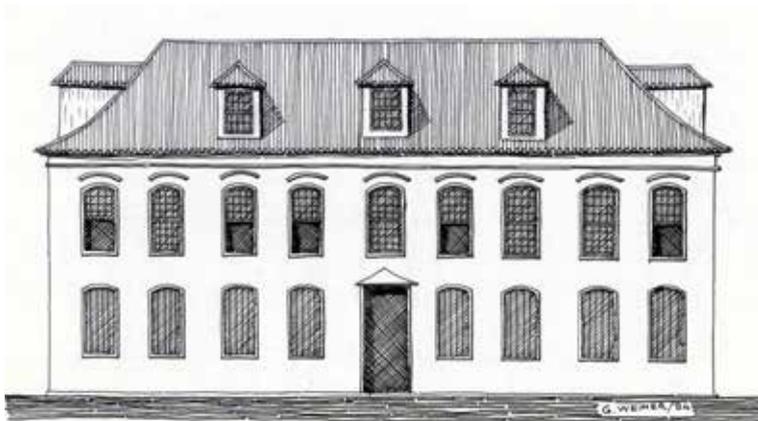
Pelo exposto, toda a casa grande e mesmo construções simples como a senzala ou uma casinha de uma porta e uma janela eram cobertas de telhas. T tamanha quantidade de telhas dificilmente poderia

22 ANTUNES, P. Opus cit, p. 1057.

23 ANTUNES, P. Op. cit., p. 1061.

ter vindo de tão longe. Por duas razões: uma por serem muito pesadas e, segundo, por serem muito frágeis. Devido ao fato de que a abertura de Rio Grande estar bloqueada pelos castelhanos, o transporte teria de ser feito, obrigatoriamente, em lombo de burro ou em carroças. Isso tornaria o transporte ainda mais conturbado o que teria por consequência que dificilmente as telhas chegariam inteiras. Os tijolos talvez resistissem, mas seu grande peso tornaria o transporte demasiado caro. Por estas razões, julgamos inviável esta hipótese. Mais adiante veremos que este material era produzido aqui, sim.

Antes de realizar a transferência de Viamão para Porto Alegre a administração governamental teria de providenciar na construção do Palácio Governamental e da Assembléia. É sabido que a transferência do poder executivo aconteceu em 24 de julho de 1773 o que indica que, nesta data, já deviam estar concluídas as obras de sua construção. A transferência da Assembléia demorou um pouco mais. Ela só aconteceu depois de que o governador Figueiredo/Sepúlveda atraiu os vereadores para a nova capital sob a desculpa de realizar uma consulta. Aqui chegando, ele mandou fechar os portões do povoado e ordenou à guarda que não mais os deixassem voltar a Viamão. A relutância dos vereadores em realizar a transferência decorreu do fato de terem de alugar uma moradia para abrigarem suas famílias – o que não deveria ter sido fácil naquelas circunstâncias – ao contrário do governador que passou a residir no Palácio.



Desenho do Palácio de Barro baseado em aquarela de Wendroth, de meados do século XIX.
Arquiteto: José Joaquim Vieira.
Construção: 1772/3

Após a transferência, a Assembléia não pôde ser instalada de imediato por uma razão simples: não havia local próprio para a realização das sessões. Depois de algumas dificuldades, em primeiro de setembro de 1773 conseguiu-se alugar uma casa para este fim por um aluguel mensal de 2\$560 Reis e no dia seis do mesmo mês pôde ser realizada a primeira sessão.

Estabelecidos os trabalhos, parecia que estava contornado o problema maior, mas, ao fim das sessões, os vereadores voltaram para Viamão onde estavam residindo. Isso irritou profundamente o governador que por mais de uma vez, reteve os vereadores na capital através de vários expedientes como, por exemplo, mandar trancar o portão de saída da povoação.

Até o presente ainda não descobrimos quando foi construído o prédio da Assembléia. Sabemos que em 1777, para o desgosto do governador, os vereadores ainda moravam em Viamão. Sabendo que eles tinham de atravessar o Arroio Dilúvio o que podia ser perigoso em época de chuvas, convocou os vereadores para uma reunião para tratar da construção da ponte sobre o mesmo. Quando os mesmos se

apresentaram no palácio, mandou prendê-los e só os libertou depois que suas famílias se estabeleceram no povoado. Isso provavelmente significa que o prédio ainda não estivesse em condições de ser ocupado. Pelo diário do tenente-general Johann Heinrich Böhm sabe-se que em 1775 no logradouro da povoação havia somente “a casa da residência do governador na maior altura e, na direita da dita casa, está a igreja matriz que se deve fazer nova, por ser velha e pouco decente a que agora existe”. Ao que parece, ainda nem havia sido iniciada a construção do prédio da Assembléia. Na *Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul*, de Sebastião Francisco Betamio, há a informação de que em janeiro de 1780:

Esta povoação (de Porto Alegre), a que muitos chamam vila... é onde reside o governador do Rio Grande (do Sul); (e também se encontram) a Junta da Fazenda Real; o Provedor da mesma; a Câmara; o Juiz Ordinário; o Juiz de Órfãos; e todos os mais oficiais que constituem o Corpo Civil; além da tropa que ali reside a arbítrio do Governador... A distância do porto de mar fez parecer mais útil formar-se a povoação de Porto Alegre; e, com efeito, desde o ano de 1773 se trabalha ali, e se tem feito à custa da Fazenda Real alguns edifícios de valor e os particulares também os têm feito, pela necessidade de acompanharem a capital.²⁴

Por este relato percebe-se que a Câmara (Assembléia) já estava instalada e, por outros documentos, sabemos que era aí que também funcionava a Junta da Fazenda Real. Pelas disposições então vigentes, admite-se como certo que o poder judiciário também estivesse instalado naquele prédio. Como se percebe, havia muitas atividades abrigadas num prédio bastante exíguo. Era o preço a ser pago pelo pioneirismo.

Estas foram as duas primeiras construções oficiais²⁵ da nova

24 BETTAMIO, S.F. *Notícia Particular...* Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, códice F, vol 11 p. 219.

25 Na citação de Bettamio, há referência a “alguns edifícios”, no plural. Adiante veremos quais poderiam

capital. Apesar disso, tratavam-se de duas edificações completamente diferentes, pelo menos em seu aspecto construtivo já que sua linguagem arquitetônica apresenta uma singular semelhança. O Palácio era um sobrado, com a residência na “planta alta”, como se dizia então, e as funções governamentais, ao nível térreo. Suas paredes eram de taipa, provavelmente, de pilão, mas até o presente ainda não foi encontrado documento que confirme explicitamente esta hipótese²⁶. Sobre sua existência há uma documentação bastante farta que permite acompanhar a sua evolução. Para o fim do século, os beirados de eira-seveira foram sacrificados e substituídos por platibandas acompanhando a evolução dos modismos vindo do Rio de Janeiro. Apesar de numerosas intervenções de conservação, o palácio se manteve nestas condições até o início do século passado quando foi demolido para dar lugar à construção de um prédio novo.

Ao contrário deste, a construção do prédio da “Assembléia” está envolto em mistérios. A razão principal é o fato de que até o presente não ter sido encontrada uma imagem completa de sua forma original. Pela documentação dos discursos presidenciais no período imperial sabemos que ela foi profundamente refeita seja pelo acréscimo de mais um piso, em 1850, segundo um projeto de (Georg Karl) Philipp (Theodor) von Normann²⁷, seja pela reforma de sua fachada pelo mesmo arquiteto e pelo rebaixamento da Rua Duque de Caxias que fez com que o prédio passasse a ostentar um descomunal soco totalmente atípico para a linguagem barroca então em uso. Provavelmente, depois da intervenção de Normann, continuasse a apresentar beirados salientes como parece indicar uma intervenção feita no fim do período imperial quando foi aprovada a lei que obrigava as construções a demolir os beirados e substituí-los por platibandas sob a discutível razão de que a água despejada dos mesmos estaria molhando os transeuntes.

ter sido

²⁶ Ao longo dos relatórios presidenciais ao longo do período imperial há numerosas referências a paredes “grossas” do Palácio, o que interpretamos como sendo de taipa de pilão.

²⁷ Sobre Normann publicamos um extenso verbete em WEIMER, Günter. *Arquitetos e Construtores Rio-Grandenses na Colônia e no Império*, Santa Maria, EdUSM, 2006, p.146/54.

Esta lei teve por grave conseqüência que os prédios reformados acabassem perdendo as proporções nas quais foram concebidas e os acréscimos deformassem completamente as fachadas. Além disso, até o presente, ainda não foi encontrada uma imagem completa do prédio em sua forma original. Uma imagem incompleta foi publicada em Porto Alegre, Augusto: *A Fundação de Porto Alegre*, Globo, P. Alegre, 1909, página 157, na forma de uma gravura com uma parte da fachada. Baseada nesta, na documentação escrita citada e em fotografias antigas do prédio reformado, procuramos reconstituir o que poderia ter sido sua forma original. Para evitar equívocos cometidos com a hipotética planta do Capitão Montanha elaborada por Paranhos Antunes (e não por Tupi Caldas, como o supôs o Prof. Riopardense de Macedo, 1968, 53), deve ficar assinalado que não se trata de um desenho baseado em alguma imagem completa original, mas de uma interpretação nossa, resultante da conjugação de dois documentos.



Tentativa de reconstituição do Prédio da Assembléia Legislativa na forma como se encontrava antes das intervenções de Philipp von Normann e do rebaixamento da rua.

Mas, o mais intrigante é o fato de que o prédio foi construído com tijolos. Segundo Antunes²⁸, os tijolos só passaram a ser produzidos no local a partir de 1780, portanto, quando o prédio já estava concluí-

28 ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre, no século dezoito. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, Porto Alegre, Globo, 1940, p. 1057.

do. Seria absurdo senão impossível, para as condições da época, trazer todos os tijolos de Laguna, conforme supõe aquele autor. Encontramos uma explicação para esta diferença de procedimentos construtivos na própria dinâmica das realizações. É sabido que o governador tinha um temperamento muito impulsivo e autoritário. Assim ele tomou todas as providências para que seu palácio/residência fosse concluído dentro do menor prazo, com o material disponível no local (a terra). Pouco se importou com os demais prédios. Isso teve a vantagem de que a Assembléia pudesse ser construída com tijolos, um material mais sólido e durável, que era trazido pelos indígenas da Aldeia dos Anjos. Isso permitiu que ele se mantivesse até hoje, apesar de aumentos e numerosas reformas e adaptações.

Porém a questão mais delicada é a autoria dos projetos. Segundo consenso, esta tem sido atribuída ao Capitão Alexandre José Montanha. Todavia, até o presente, não foi encontrada qualquer evidência documental neste sentido. E, como no caso do pretendido planejamento de Porto Alegre, de tanto se repetir esta afirmativa, ela passou a ser tomada como verdadeira.

Desde longa data desconfiamos desta afirmação. Em primeiro lugar porque não encontramos qualquer evidência no extenso currículo profissional de Montanha de que ele tenha realizado qualquer projeto arquitetônico.

Reverendo a documentação sobre a origem de Porto Alegre deparamos como nome de Joaquim José Vieira que, segundo Paranhos Antunes teria sido o arquiteto e auxiliar direto do governador Figueiredo/Sepúlveda (1940,1059):

A Casa do Governo, a velha matriz de N. S. Madre de Deus que se erguia no local onde está sendo construída a Catedral, a ponte do riacho (da Azenha) e várias outras obras foram levantadas durante o seu governo (de Figueiredo/Sepúlveda). Para isso possuía um arqui-

teto que recebia 320 rs. por dia e mais 480 rs. nos dias de trabalho.²⁹



Reprodução de antiga pintura com o título de Ponte da Azenha Presumivelmente a de autoria de Joaquim José Vieira. POA 111

Esta informação vem a trazer as primeiras luzes concretas a respeito da autoria destes projetos e da mesma forma como a do da matriz que será visto com mais cuidado um pouco adiante. Todavia, ainda não conseguimos reunir maiores informações a seu respeito, mas são as únicas que nos parecem de credibilidade.

Uma descrição mais circunstanciada do povoado nos é fornecido por Domingos Marques Fernandes que esteve no Rio Grande do Sul em 1798. Nele se lê:

...(O governador Figueiredo/Sepúlveda) passou a desenhar praças, ruas, edifícios, corpo da guarda, quartéis de soldados, casa da fazenda real, palácio do governo, igreja paroquial a que deu o orago de Nossa Senhora da Madre de Deus; e enfim tudo quanto cumpria ao serviço real do soberano e ao público: fomentando ao mesmo passo o estabelecimento e comodidades dos particulares, convidando-os a edificarem, animando-os com o oferecimento de desenhos, ajudas de custo e proteção; de maneira que, em pouco tempo, veio a esta-

29 ANTUNES P. Op. cit., p. 1061.

belecer ali o governo e toda a jurisdição ordinária, dando a esta nova povoação o nome de vila...³⁰



Vista conjunta da Matriz com o Palácio do Governo, ambos projetos do arquiteto José Joaquim Vieira.

Desenho baseado em aquarela de Rudolf Wendroth, por volta de 1850.

Em sua monumental obra intitulada *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília* se compõe de duas dúzias de cartas das quais a décima sétima é integralmente dedicada ao Rio Grande de São Pedro do Sul. A maior parte do texto se refere à política de desenvolvimento da Capitania, mas a primeira parte é dedicada à descrição da terra. Do texto referente a Porto Alegre, transcrevemos, em grafia atualizada, o que se segue:

Porto Alegre foi criada como vila³¹ em 1772 quando governava aquela capitania Manoel Jorge Gomes Sepúlveda. Antes tinha o nome de Porto dos Casais. Está situada em lugar elevado com um declive até a margem de um lago, não só fundo como largo, no qual podem ancorar sumacas e corvetas...

Os moradores das vizinhanças do rio chamado da Al-

30 FERNANDES, José Marques. Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. In: NOAL, Valter Antonio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*, Santa Maria, Anaterro, 2004, p. 25/6, vol. 1.

31 Aqui houve um erro evidente: a “fundação da vila” só ocorreu em 1810.

deia³² trazem para vender galinhas, frangos, patos, caças de diversas qualidades, principalmente as melhores perdizes daqueles contornos que são maiores e mais saborosas que as da Europa, as quais chamam de “zabelês³³” conquanto também haja outras menores às quais dão o nome de “inhapopés”³⁴, louça de barro, telha e tijolos feitos nas muitas fábricas de olaria que ali foram construídas por haver boas argilas em suas vizinhanças, próprias até para louça branca, sendo os índios os melhores artífices desta mão-de-obra. De todos os índios que ali há, são estes os mais inteligentes e os melhor policiados porque não só semeiam trigo e legumes, como plantam hortaliças, além de ter particular inclinação, préstimo e aptidão para a jardinagem. Todos seus pomares são plantados com bela simetria e boa ordem. Excedem todos os demais povoadores na criação de galinhas, patos, perus e pombos o que, na distribuição do trabalho, compete às índias velhas que não se ocupam com outras atividades.³⁵

Este relato é surpreendente por várias razões. A primeira, talvez, seja a descrição de um comércio muito ativo entre a população do povoado com a das adjacências e o relato da variedade de produtos comerciados. Ressalta, ainda, a importância dos indígenas da Aldeia dos Anjos que haviam sido trazidos por força militar, às escondidas das Missões para Rio Pardo e, depois, para as margens do Rio Gravataí. Surpreende também pelo fato de apontar que estes mesmos indígenas vendiam as suas cerâmicas no mercado da povoação na forma de

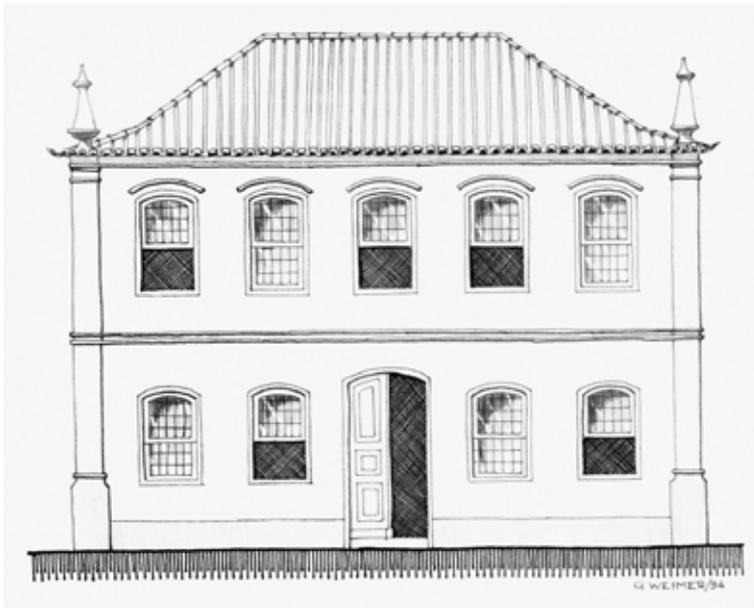
32 Trata-se do rio Gravataí que passava pela Aldeia dos Anjos que era formada por indígenas trazidos das Missões Jesuíticas depois da destruição das mesmas a partir da expulsão dos padres da Companhia e pela chamada Guerra Guaranítica. Inicialmente, estes indígenas foram trazidos para as cercanias de Rio Pardo, mas como este local estava relativamente próximo à fronteira com a Argentina, e por se temer que os mesmos pudessem fugir para além do Uruguai devido à submissão dos mesmos ao trabalho servil, sua distribuição acabou por ser remanejada. A maior parte foi assentada na Aldeia dos Anjos (hoje, cidade de Gravataí), em Palmares e em Mostardas.

33 Ainda não conseguimos descobrir a origem desta palavra e os dicionários regionalistas a desconhecem.

34 *Inambu* ou *inhambu* é o designativo guarani para perdiz. *Inhambupe* é a locução adverbial “nas perdizes”.

35 VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas*, Salvador, Imprensa Oficial, 1921, p. 633/5

louça e qualificando-os como sendo os melhores artesãos nesta especialidade. Surpreende ainda pelo fato de que estes indígenas concorriam com as populações brancas no fornecimento de gêneros de primeira necessidade. Tudo isso mostra que os indígenas missioneiros tiveram uma importância maiúscula no início do povoamento e do desenvolvimento de Porto Alegre e coloca em cheque a sempre propaganda indigência dos mesmos e o resultante prejuízo que acarretava a sua manutenção aos cofres públicos. Este é um forte indicativo de que por trás destas queixas se escondia alguma falcatrua ou alguma despregada corrupção, para utilizar um termo mais atual.



Desenho do Quartel do Exército, situado na esquina da Rua da Praia com a Rua Direita.

Arquiteto: José Joaquim Vieira (atribuído).

Construção: antes de 1775.

Do ponto de vista da construção civil e da arquitetura, este relato confirma a existência de olarias a certa distância (quatro léguas = 26.4 km) de Porto Alegre, em Gravataí. Ao contrário do que se temido como certo de que a produção de tijolos e telhas tenha sido in-

troduzida por açorianos (o que só por si é discutível devido à escassa existência de argila nos Açores contrabalançada pela extrema abundância de rochas ígneas), atesta-se que foram os indígenas missioneiros os autores desta proeza. Como estavam estabelecidos às margens do Gravataí, fica factível a viabilidade do transporte de tijolos, telhas e louças em condições de segurança: bastava carregar as canoas na origem e descarregá-las no destino, depois de um transporte fluvial, suave e sem solavancos.

Vilhena voltou a Lisboa em fins do século em razão do que não teve notícias de algumas construções novas que estavam sendo edificadas na cidade e que trouxeram significativos melhoramentos à qualidade de vida de sua população:

a) Em 1794 foi decidida a construção da Cadeia que foi arrematada pelo pedreiro Jacinto José e lhe entregue para construção depois de prestar juramento sobre os Santos Evangelhos de que honraria os compromissos;

b) no mesmo ano foi construído um teatro que recebeu o nome de Casa da Comédia;

c) em 13 de maio de 1795 foi construída uma enfermaria por esforço de José Antonio da Silva e

d) em 1797 foi desapropriado o terreno onde fora construído o arsenal de Marinha que ali havia sido construído em 1774.

Quando Saint-Hilaire passou pela cidade no início da década de 1820 já encontrou um conglomerado urbano dinâmico, com diversos palacetes, das quais só poucos puderam ser resgatados, como os dos governantes Dom Diogo de Souza e Visconde de São Leopoldo. Pela qualidade arquitetônica destas obras penso estar fora de dúvida, que tenham sido projetados por arquitetos de boa formação técnica o que significa que desde as suas origens, as construções mais importantes da foram concebidas por profissionais competentes o que continuou

a acontecer ao longo da evolução da cidade e que é totalmente destituída de fundamento a concepção dos arquitetos modernistas de que a cidade só passou a apresentar prédios de qualidade a partir da formatura dos primeiros egressos do curso de Belas Artes, em dezembro de 1944.



Solar de Dom Diogo de Souza, construído por volta de 1812.



Solar dos Câmara, mandado construir pelo Visconde de São Leopoldo, segundo inscrição no brasão do portão, em 1818, provavelmente data do início das obras.

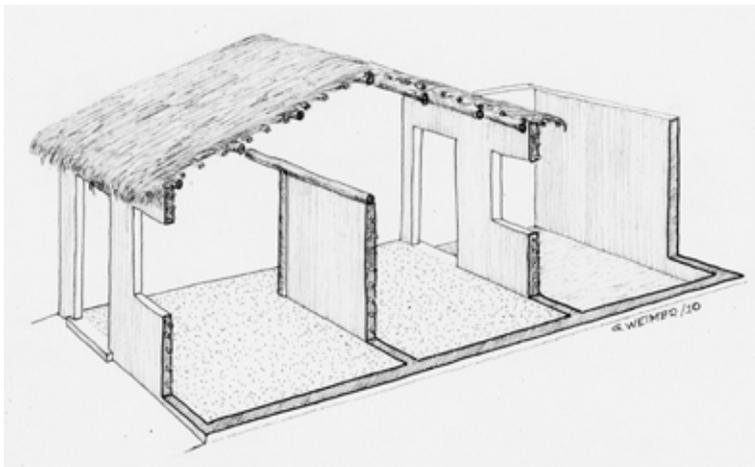
Arquiteto coronel João Bento Alves Porto (atribuído).

Para concluir, cumpre afirmar que uma cidade não é formada apenas por pessoas muito ricas e que podem ser dar ao luxo de construir palacetes semelhantes aos da Capital. Com ela convive uma larga faixa de pessoas menos aquinhoadas cujas moradias eram de qualidade não desprezível o que demonstra terem sido realizadas por profissionais competentes. Destas restaram muito poucas e de difícil identificação devido à escassez da documentação. Foram estes que construíram os moinhos de vento dos quais há apenas referência bibliográfica, mas que deviam ser semelhantes aos que ainda hoje se encontram em funcionamento nos Açores.

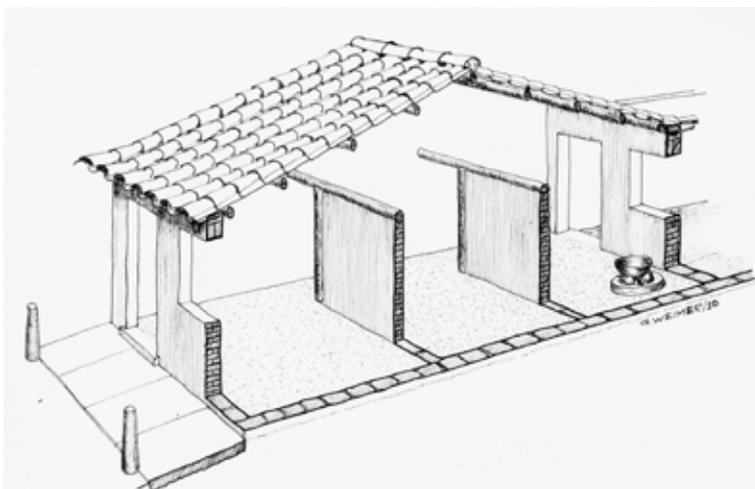


Desenho de um moinho de vento por nós fotografado, na Ilha do Faial, em fevereiro de 1999. A escada serve, ao mesmo tempo, para dar acesso ao moinho e de alavanca para girar o engenho.

Pelas descrições dos viajantes do início do século XIX também foi possível reconstituir a formas das casas da população pobre, com sua tipologia mais simples, na forma da casa de alfurja e mais evoluída, da casa de porta e janela, ambas herdadas de tradição milenar da arquitetura berbere (ou moura) e que em tudo se assemelham às documentadas por Debret, no Rio de Janeiro, na forma com a reproduzimos abaixo.



Corte esquemático perspectivado de uma casa de alfurja, construída com taipa e cobertura de palha.
(RS-332)



Corte esquemático perspectivado de uma casa de porta e janela, com uma alcova.



Adaptação de um desenho de uma casa de família pobre, de Debret, para as condições de Porto Alegre.

Bibliografia

ANDRADE, Gomes Freire – Ver BOBADELA, Conde de.

ANTUNES, Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: *Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia*, Porto Alegre, Globo, 1940, p. 1044/5, 3º vol.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, vol. 5.

BALÉM, João Maria. *A primeira paróquia de Porto Alegre, Nossa Senhora Madre de Deus (1772-1940)*, Porto Alegre, Centro, 1941.

_____. *A Paróquia de S. José de Taquari*, Porto Alegre, A Nação, 1952.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973 e 1976, 2 vol.

BETTAMIO, S.F. *Notícia Particular...* Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul, código F, vol 11.

BOBADELA, Conde de. Ofício. In: *Revista do IHGRS*, II trimestre de 1938.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, Itatiaia/Edusp, B. Horizonte, São Paulo, 1989, vol. 2.

DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio-Grande de São Pedro do Sul*, Porto Alegre, Americana, 1827.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Zelio Valverde, 1949.

KERST, Samuel G. Die brasilianische Provinz Rio Grande do Sul. In: *Neues Magazin der neuesten Reisebeschreibungen*, Band 47, Berlin, 1832.

LUCCOCK, John. *Notícias sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos neste país, de 1808 a 1818*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1975.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Porto Alegre. Origem e Crescimento*, Porto Alegre, Sulina, 1968 e Porto Alegre, EdFRGS, 1999.

NEIS, Ruben. Jerônimo de Ornelas, Porto Alegre – Triunfo. *Correio do Povo*, Caderno de Sábado, 08 nov.1969, p.11 e 15 nov. 1969, p. 4.

_____. Porto Alegre em 1815. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, Caldas Júnior, 31. mar.1973, p.3, Caderno de Sábado.

NOAL, Valter Antonio & FRANCO, Sérgio da Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*, Santa Maria, Anaterã, 2004, vol. 1.

PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*, Porto Alegre, Globo, 1906.

ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticiosa do Continente do Rio Grande até o Distrito do Governo de Santa Catarina. In : *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, nº 105/8, 194, p. 58/9.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/USP, 1974.

VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília*, Salvador, Imprensa Oficial, 1921, 3 vol.

WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, EdUFRG/Sagra, 1991.

_____. Porto Alegre: origem do traçado. In: *Porto & Vírgula*, 31(maio1997)26/9. Porto Alegre, PMPA/SMC, ano V.

WENDROTH, Herrmann Rudolf. *O Rio Grande do Sul em 1852*. Porto Alegre, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, s.d. (Álbum de reproduções de aquarelas e aquafortes).